

J. M.

que os defensores do Governo, afirmavam que o fato de o convênio ter sido firmado com a Clínica Santa Helena, era por não haver outro estabelecimento no Município dotado de hematólogo. Disse que ao seu juízo a Administração adotava o ensino de "dois pesos e duas medidas", pois era Público e notório que o Centro Olímpico de Santo Isabel era único, e, no entanto a prestação de serviços e Prefeitura era paga pela tabela SUS enquanto o convênio com a Clínica Santa Helena era pago pela tabela da Associação Médica Brasileira e assim, no mínimo faltava coerência ao Governo Municipal. Enfatizou que não era contra o assinatário do convênio com a Clínica Santa Helena, mas, era necessária a autorização do Legislativo como explicitava o Lei Orgânica do Município, o que não fora atendido pelo Executivo, e, durante seu protesto bradando, "tutava nunca mais", "ditadura nunca mais", "hater" (sic) nunca mais, e encimou seu discurso. Não havendo mais oradores para o uso da tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Anterior, aprovada, veio assinado para que produza seus efeitos legais.

*[Assinatura]*  
S. S. S.

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 25 de maio de 1993.

Às dezesseis horas do dia 25 de maio do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Senhor Heitor do Rêgo Cabral, e com a cooperação da Primeira Secretária pelo Senhor Oreste de Almeida Silva, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio para responderem a chamada regimental os seguintes Vereadores:

Am

90

Guilherme Silva da Rocha, Adalton Pinto de Andrade, Aires Bezerra de Albuquerque, Al-  
berto Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, Antônio Carlos  
Ferreira da Cunha, Carlos Roberto Vasquez dos Santos, Eduardo Leiria Maia, Ivan  
Luiz de Araújo, José Oscar Elias, Joaquim Schmidt, Luiz Antônio de Nello Lopes, Milton  
Roberto Pereira de Souza, Orlando Gouveia da Silva e Silas Rodrigues Bente. Havendo  
número regimental, o Senhor Presidente declarou aberto o presente Sessão em nome de Deus e  
requir, para lidas e aprovadas Atas do Vigésimo Segundo e Vigésimo Terceiro Sessões  
Ordinárias do Supremo Poder Legislativo. Após cumprimento de dito regimental, o Senhor  
Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Acordado a leitura do Expediente que constou do  
seguinte: Decreto de lei nº 024/93, Mensagem Executiva nº 024/93, assunto: Autoriza a  
Desistência de ações de Execução Fiscal em andamento há mais de cinco anos; Requi-  
rimento nº 088/93, de autoria do Vereador Adalton Pinto de Andrade, assunto: Dispõe  
sobre Recção de Hipóteo ao Servidor Municipal Luiz Felipe Fernandes Figueiredo, pelo man-  
ejo desrespeitoso contra os Excepcionais da Sociedade Político; Indicação nº 115/93  
de autoria do Vereador Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, assunto: Indica ao Excmº  
Senhor Prefeito Municipal a implantação de Associações Jurídicas Municipais; Indicação  
nº 158/93, de autoria do Vereador José Oscar Elias, assunto: Indica ao Excmº Senhor  
Prefeito Municipal a constituição de Comissões Comunitárias, Escolas e Jogos  
Artesanais, nos Bairros de Jacaré, Boca do Abate, Jardim Esperança, Lem Branca,  
Abraão Leiria, Pérola Abate, Jardim Caiçara. Sumada a leitura do Expediente,  
o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado ao uso da  
tribuna para os Vereadores inscrito em livro próprio. Como primeiro orador inscrito  
ocupou a Tribuna o Vereador Carlos Roberto Vasquez dos Santos, falando ter sido ar-  
preendido naquela data por matéria divulgada pelo jornal O Fato, quando São Salva-  
nina declarava a existência de "uma grande armadilha para apressar liberação de ver-  
bas do Ministério da Saúde, no valor de onze milhões de dólares, cujo titular Deputado  
do famul Rodael era amigo pessoal do Vereador Beto Vasquez do P.S.B. Disse  
quando, disse o orador, que o Senhor Sr. Saldanha que todos pensavam estar "en-  
linado" (sic) "ressuscitou" para falar de "armadilhas", enfatizando o Vereador do P.S.B.  
que o Sr. Saldanha ao longo do seu mandato como Deputado por protagonista das  
maiores escândalos, envolvendo inclusive a morte de milhares de Adulteros entre outras  
barbaredades, administrativas. Disse a seguir, que era amigo do Ministério famul  
Rodael e com muita honra e orgulho. Adiante, disse que o ex Prefeito em suas de-  
clarações ao O Fato estranhava que os casos de edificações em falta não fossem con-

*Jm*

tratados em localidades distintas, ou seja, em Unamar, na Paga e no Centro de Cabo Frio, aduzindo que no consultório de médico sanitária também estranhava o que não era comum, e que investigações estavam sendo realizadas. Disse que chegou ao estimo de apimar a existência de uma "armação" pensativa e ainda ser muito ridículo, muito burocracia para mudar uma resposta, mas era hipótese de São Saldanha fazer manifestações de baixo nível. Condições a seguir, que a Fundação Nacional de Saúde jamais poderia estar envolvida em "armação" para liberação de verbas de mesmo forma envolvendo o Senhor São Saldanha o laboratório Dr. Kubitz, um dos mais conceituados da América Latina, e que jamais dava um exame falso para constatação positiva de "vírus de origem rínica", para aprovar liberação de verbas para Cabo Frio, o que só poderia ser fruto de uma mente doente. Continuando, disse que não haviam surgido outros casos, e mais, que desde 1989 os sanitários privavam que o vírus chegava a Cabo Frio. Prossequindo, disse que a corrente migratória latente em Cabo Frio que consumia herbívulos importados de outros Municípios, e outras características geográficas eram favoráveis ao vírus. Disse a seguir, que no ano de 1988, houve tentativa com o Deputado federal Maduel a liberação de verbas no orçamento para vacinamento, mas que o então Prefeito São Saldanha fora incompetente e por falta de projeto não conseguiu a liberação. Disse também, que em dezembro de 1992, o Prefeito São Saldanha conseguiu em Brasília, por caminhos que ainda não conseguiu descobrir, parte das verbas e, que ninguém sabia onde havia sido utilizada. Ainda sobre o assunto, disse que segundo se sabia parte do dinheiro foi para pagar o Imposto que elaborara estudos, o que era pago pela mesma e assim, o destino do verbo era desconhecido. Quanto a notícia veiculada pela TV Lagos, de que Cabo Frio era responsável por noventa por cento dos casos de diarreias na região, disse que na verdade, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde, das quinhentas notificações recebidas pela Secretaria Estadual de Saúde, aproximadamente, doitenta libéricas, trezentas e sessenta e um eram oriundas de Cabo Frio, ou seja, o Município era responsável pelas notificações que tinham origem também em outras localidades da região dos Lagos. Disse a seguir, que os dados eram impressos até mesmo por meio cartões nas notificações recebidas pela Diretoria Abastecimento. Disse poder deduzir que o vírus de origem foi devendo estar na região há muito tempo, e que apenas o Município de Cabo Frio consta

lato sua existência por meio das pesquisas realizadas, o que considerava um dado  
 altamente positivo para o Secretariado Municipal de Saúde. Quanto ao laboratório  
 Marcel Dutell, disse que o exemplo de outros laboratórios no mundo, não era aplicá-  
 vel, mas acreditava ser quase impossível a falta nos exames constatados em La  
 bo São. Com relação a encefalo que faleceu no Hospital Santa Isabel proveniente  
 de São João, no Rio, disse que o quadro inicial fora de pneumonia, e que a conse-  
 lidação do cérebro ocorreu após o óbito do encefalo. Faleceu também, que de acordo  
 com o jornal O Estado por declarações do ex-Prefeito, o Vereador Abílio Guerra  
 da Silva em soluta explicação ao laboratório Marcel Dutell, o que conside-  
 rava um direito, esperando apenas que o colega não estivesse no "espaço" do  
 seu líder, achando que poderiam haver resultados manipulados para liberação  
 de verbas. Disse a seguir, que a liberação de verbas não ocorre porque um Mu-  
 nicipio descobriu o vírus polêmico, mas, para os Municípios próximos as  
 zonas contaminadas por polímero, e que Labo São já se habilitara a receber las  
 verbas do Ministério de Saúde Social e que sequer era garantido chegar no  
 ano em curso, e mais que muitos estavam sendo preparados para presta-  
 tação aos Municípios competentes. Disse também o Vereador de PSD que lamenta-  
 vava o retorno de São, de algum (sic) que construiu sua vida em cima de mil  
 brios, de roubo, de furtos e furtivos, lamentava o retorno de São aos qua-  
 renta e três anos e constatando que a idade não lhe havia dado razão, no que  
 encerra seu discurso. A seguir, ouve o Tribuna o Vereador Aires Dória de Fi-  
 gueroa, e abordando inicialmente a questão de polímero, disse que pelo o Vereador Silas  
 Rodrigues Bento o primeiro a tratar o assunto, em requerimento dirigido ao  
 Senhor Prefeito e, merecendo como resposta um Ofício desabado e irônico além de  
 desrespeitoso e amendo chamando que o Vereador desjava "obstar a população" de  
 se que realmente a intenção do colega fora eleitor a Administração Municipal  
 e a chegada do vírus a Labo São mostrava onde estava a razão. A seguir,  
 disse que a criação de cargos de secretaria, para atendimento aos Vereadores e  
 que ocorreria na reunião de terça-feira, fora objeto de amplas discussões no Ho-  
 brito do Presidente, vista a necessidade de um melhor atendimento aos Ve-  
 redores, havendo concordância por parte dos colegas, e, também quanto aos sa-  
 lários. Em aparte o Vereador Abílio da Silva Guerra disse que fora contra  
 a criação de tais cargos e também contra os salários. Perguntando, disse o ora-  
 dor que o Sr. Presidente entenderia por pagar os salários das Secretarias em

valor inferior ao que fora acordado em Reunião com a maioria dos Vereadores e que não aceitava. Adiante, disse que elaborara um estudo e fixara o valor anteriormente fixado em Reunião, e que alguns Vereadores que no desejo de sobressair preferindo outros valores, e para se passarem por "benzinhos", haviam dividido entre os funcionários da Caixa que o Vereador Guedes Bezerra estava criando, e que o objetivo seria melhorar os salários dos servidores do Legislativo e não eniar nos cargos. Quando prosseguimento a sua fala, disse que os Vereadores que viviam a sombra do Executivo, deviam buscar melhores salários para o funcionalismo Municipal, na medida em que os benefícios pagos pela Prefeitura se limitavam em grande medida a vergonha, não antes de aquela data, um Vereador sustentado pelo Prefeito usou a Tribuna para pedir melhores salários. Disse o requerente, que determinados Vereadores se limitaram a fazer "palhaçada" com os servidores da Câmara que com relação a Prefeitura recebiam salários bem melhores. Lembrou a seguir, os Vereadores que no passado, em mandado invadiam a Câmara para defenderem melhores salários, e no Governo atual estavam quietos, como amordaçados, porque não tinham o que dizer, o que considerava uma vergonha. Prosseguindo, disse que um auxiliar de serviços gerais da Câmara recebia um milhão e quinhentos mil cruzeiros, e um pedreiro técnico da Prefeitura recebia em dois milhões e duzentos mil cruzeiros, o que dava bem a ideia do que ocorria no atual administração quanto a salários. A seguir, relatou outras comparações salariais entre a Câmara e a Prefeitura, elogiando aos Vereadores pela omissão, e que também eram responsáveis pelo drama vivido pela família do servidor da Prefeitura. Disse que, o que era vergonhoso não era a criação de vagas de Secretarias com salários de quinze milhões e trezentos mil cruzeiros, mas, os baixos salários da Prefeitura, porque o Prefeito não respeitava aos servidores e dava muito pouca importância aos seus Vereadores. Falou da sua surpresa no dia seguinte a relação das vagas de Secretarias, quando viajara para conversar com o Vereador Antônio Paulo de Carvalho Junqueira, e com o rádio de veículo sustentado de um emissora do Município, dois Vereadores condenavam a criação das vagas embora fossem também beneficiados com as mesmas. Falou ainda, que o comunicador perguntara aos dois Vereadores, como o Prefeito aprovava os projetos polêmicos na Câmara, os entrevistados nada respondera. Disse o orador que realmente a pergunta ficara sem resposta porque os dois haviam sido

Cam

beneficiados de alguma forma, ou com a indicação de Sueliano, ou até mesmo com o apadrinhamento de parente, o que considerava até normal na política, mas que os colegas se omitiam, aparecendo para o público como os únicos honestos da Câmara, o que repudiava profundamente. Disse que ninguém votava nos projetos do Prefeito apenas pelos "bela olhos aqui" (sic) do Executivo, mas havia uma troca de interesses, embora sempre negado. Ninguém apete para que determinadas Vereadores tivessem um mínimo de educação para com os demais integrantes do Poder legislativo, e, que tais Vereadores estavam muito mal com os professores ganhando salários miseráveis. Lembrou, que havia sido o professor responsável pela expulsão de José Benedito, que o professor intimidara os alunos nas Escolas, pedindo para que os pais não votassem em Alair Pereira, e, venhamos lá o profissional de educação recebia um média menor de dois salários mínimos. Em aparte, o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Bandeira, disse que recentemente estivera no Rádio com o Vereador Carlos Roberto Magalhães dos Santos e, tudo o que declarava no Emissores retratava fielmente sua opinião, e, que o Vereador Aires Bessa de Albuquerque sabia, e tinha consciência de que o Vereador Alfredo Barreto não fazia parte dessa (sic) categoria e, que sua categoria profissional era outra e, não decidia as questões na Câmara no mesmo nível dos Vereadores, e, que era representante de uma parcela da população e respondia por tal parcela. Aduziu que não respondia por maioria de Vereadores, principalmente dentro de Gabinete, e que no Plenário poderia ter posições que assumia, e que no Plenário e que se ganhava o maioria e não dentro de Gabinete. Disse também no seu aparte, o Vereador do PT, que o Vereador Aires Bessa esquecia de dizer que além do êxito de pagar, pelo que era favorável, sendo contra os salários, que haviam sido propostos também. Sessão extraordinária em Reuniões de Gabinete continuando, o Vereador Alfredo Barreto, disse que o atitude imoral que estava sendo colocada na Câmara com o argumento de que estava na Assembleia Legislativa e, em outras Câmaras, era uma "peuca urgente" que não havia sido passada do Gabinete para o Plenário e, que a coragem faltava quando tais questões deixavam de ser discutidas em Plenário, e, que nenhum Vereador havia coragem de sublevar Projeto de Resolução quanto a Sessão extraordinária, porque certamente a população iria se revoltar. Quanto aos salários das Secretarias de 20 que quinze mil e quatrocentos mil cruzeiros, era um salário pro

30  
M

to do Pombalino, por haver um fundo de dois mínimos que fora pago do para finca, ou seja um recuete no ordem de duzentos e oitenta por cento. Finalizando seu aparte, disse que os profissionais da Educação ao tempo do Prefeito Alair Pereira haviam ocupado a Câmara e não mudado o que era uma diferença muito grande. Continuando, disse o Vereador esperar que o Sítio Vereador do PT não colocasse uma Secretária em seu Gabinete, porque era indelicado. Disse também, o Vereador Aires Bessa que não havia recebido aportes, no decorrer do seu discurso não por deslealdade, mas, por estar com uma linha de raciocínio traçada e que não podia ser truncada, e assim encerrava seu discurso, esperando que algum Vereador usasse novamente o Ródio Rodo Frio, porque teria oportunidade de responder. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao segmento dedicado a Ordem do Dia. Na etapa, foram aprovadas as seguintes matérias: Encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça Projeto de Lei nº 024/93 - Menção Exclusiva nº 024/93, Aprovado Requerimento nº 088/93, aprovada Indicação nº 115/93 e Indicação nº 158/93. Aprovado Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Encaminhado a Comissão de Obras e Serviços Públicos o Projeto de Lei nº 020/93. Aprovado Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Encaminhado a Comissão de Obras e Serviços Públicos o Projeto de Lei nº 021/93. O requer, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão para as Comissões Técnicas examinarem Parecer no requerimento de urgência nº 089/93 para o Projeto de Lei nº 014/93. Menção Exclusiva nº 008/93, Numeração dos trabalhos, o Senhor Presidente Vereador Marcos da Rocha Mendes, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário Vereador Wlter Pereira da Silva que procedesse a chamada regimental. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Aury Silva da Rocha, Adilton Pinto de Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos de Carvalho Junqueira, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, Eduardo Pereira Kita, Ivan Luiz de Araújo Filho, Oscar Elias, Reaquirim Schynolt, Luiz Antônio de Nello Cabas, Adilton Roberto Pereira de Souza, Orlando Pereira da Silva e Silas Rodrigues Bento. Havendo do número regimental, o Senhor Presidente declarou reaberta a presente sessão em nome de Deus. Logo após, disse o Senhor Presidente Marcos da Rocha

Alu

Rebeldes que a Comissão de Higiene Final apresentara como uma vedação ao  
rito a invenção da sigla Fundação de Limpeza, Higiene e Tecnologia da Região de  
Lagoas - FECT-Lagoas, para Fundação de Limpeza, Higiene e Tecnologia da Região  
dos Lagos FECT-Lagoas, o fim de preservar possíveis tradições, preservando  
a verdade do referido nome. A requer, colando em discussão e votação o Pro-  
jeto de Lei nº 014/93 - Remoção Executiva nº 008/93, foi aprovado com Parecer  
Conjuntivo Favorável das Comissões Técnicas. A requer, o Senhor Presidente di-  
ze que estava tranquieta a Tribuna para explicação pessoal. Depois a Tri-  
buna em explicação pessoal o Vereador Silas Rodrigues Bento, falando inul-  
tamente, que repudiava frontalmente todas as manifestações de corrupção, em todas  
as suas formas, e falando de sua decepção cada vez maior com a classe política,  
enfatizou que gostaria de ser informado quanto a aumento concedido ao cargo  
de Secretários. Disse a requer, que não ocorreu aumento de salário mas simpli-  
mente a criação de cargo de Secretários e a criação dos vencimentos como  
determinava o Lei. Disse a requer, que os salários pagos pela Câmara não  
eram altos, mas reconheceu que o servidor da Prefeitura realmente estava  
passando fome, pois ninguém poderia sobreviver com salário mínimo quando  
os municípios de que a Câmara não dava aumento real ao seu quadro de  
servidores, disse que era uma "peuca vergonha" (sic), e que deveria sim-  
pre um salário justo e digno. Disse que, o que se via era muita dema-  
gogia, pois se um Vereador não ganhar mais de setenta milhões de cru-  
zeiros, porque um Secretário não poderia receber quinze milhões. Disse que  
na Casa alguns haviam participado de palestras anteriormente, com expe-  
mas de governo, com a saída de alguns Vereadores e a entrada de su-  
plentes. Disse que tal prática onerava demais aos cofres públicos, chegando  
de se despesa a cento e vinte milhões, o que dava para manter dez  
Escolas com merenda mensalmente. Falou que não suportava mais ver os  
lírios de miséria, que não suportava ouvir críticas de Vereadores porque  
quedava as pessoas que o procuravam. Manifestou a requer, sua aversão a  
demagogia, a dissimulação a alguns políticos, que eram muito bem remunerados  
enquanto o povo passava por humilhações, passava fome. A requer, dirigiu en-  
fáticas a CENAE, que estava "malando o povo", registrando que uma Senhora ha-  
via enfeitado porque dava a Empresa e não recibia a água, elamando que  
a verdade deveria ser dita sempre e nunca a mentira, encerrando assim sua fala



Am

Registre-se que o Senado passou a ser dirigida pelo Senhor Vice Presidente, Sr. Virador Luiz Antonio de Nello Lohan, por substituição do Senhor Presidente Virador Marcos do Rocha Mendes. A seguir, chegou a Tribuna em explicação pessoal o Virador Alfredo Luiz da Rocha Barreto, do PT, lamentando que quem escutava sua entrevista, pela Rádio Cabo Frio, não a tenha citado integralmente, porque não soubera de outro Virador que tivesse ido a Rádio ou a Imprensa de forma geral para declarar que o Senhor foi Bonifácio amadorista nos meses de Janeiro e Fevereiro, setenta e dois bilhões de cruzeiros e que gastara em folha de pagamento, vinte e quatro bilhões. Adiante, disse que os Viradores estados realmente haviam participado de programa na Rádio Cabo Frio e haviam denunciado o Governo pelo absurdo do reajuste concedido em forma de abono aos funcionários do Município, e ainda, uma série de irregularidades apontadas no referido programa. Continuando, disse que realmente com o Virador Beto Joazeiro, denunciara também a evasão de impostos pela Câmara. Quanto aos salários, disse que somados os valores de secretário e assessor, daria trinta e dois milhões de cruzeiros, restando um reajuste de mais de duzentos e oitenta por cento o que considerava absurdo. Prosseguiu, disse que os Viradores estavam "caçando" a imprensa para que pudessem ingerir comentários e que pudessem favorecer aos mesmos Viradores que empregavam a eles. Quanto a contratação de dois assessores para o Mesa, disse que também se posicionara contrariamente, entendendo ser um artifício para contratar pessoas do esquema político. Disse que a figura do Procurador da Câmara, também não era correta, e, que denunciara da Rádio, denunciava da Tribuna e iria colocar em conflito. Aduziu que a irregularidade no cargo de Procurador da Câmara deveria ser por concurso, que a capacidade do profissional deveria ser medida, enfatizando que não denunciava falta de capacidade de ninguém, mas o concurso deveria ser atendido, caso contrário viria longo em Comissão. Adiante, disse sua moralitava de ser contrário ao reajuste dos funcionários da Casa, e entendia que até em regime de exceção a Câmara pudesse dar um reajuste maior, invocando o tesouro do Senhor Presidente Marcos do Rocha Mendes, mas não sabia ao seu alvêrio nenhuma crítica negativa ao reajuste concedido. Quanto ao dinheiro dos Pargos de Secretários, disse que o PT não iria usar o dinheiro do seu Gabinete, e que iria ser estabecida uma forma de dinheiro ser

Alti

desolvido aos outros Verbetes, mas, de forma alguma a secretária do seu Gabinete não receber quinq milhõs e quatrocentos. Disse que agora o Assessor não receber quase a mesma coisa do cargo de Secretário, mas, que alguns Vereadores não pagavam nem o secretário e nem ao Assessor, obrigando o dinheiro para companhos Políticos, e assim, não paga diferença para alguns. Behante, disse que tais fatos lhe importavam, na medida em que dois funcionários haviam chegado no Gabinete do PT e que devia explicações aos mesmos, do por-que o Assessor recebia um milhão e quatrocentos a mais do que a secretária. Falou do independentismo do PT quanto ao Governo, que o seu voto em matérias oriundas do Executivo seriam educadas de acordo com o interesse da Comunidade, e, que várias vezes já havia votado contra o Governo, e, que o PT não estava dentro de Gabinete e queria deixar bem claro, no que se referia sua falta, priorizando antes o voto nominal, pois tinha dúvidas quanto aos votos contrários e a favor da criação de cargos. A seguir, ocupou a Tribuna em explicação pessoal, o Vereador Helton Roberto Pereira de Souza, manipulando de imediato sua solidariedade ao discurso do Vereador Eliseo do Ruz da Rocha Barreto. Falou a seguir, que no dia 14 de maio do corrente, aconteceu em Gramma o 1º Encontro dos Vereadores da Região desta zona, com a discussão do abastecimento de água na região como um dos temas, e, as ideias da Região dos fogos que sofriam com a falta de água tinham seus Vereadores que sempre defendiam um melhor sistema, ponderando que não era apenas da Tribuna que tais assuntos deviam ser enfocados e, em sua opinião os Vereadores de Cabo Frio haviam perdido uma grande oportunidade de pontos com outros Comarcas, se encontrado um caminho para solução da questão da água. Disse a seguir, que o Bairro São Cristóvão, que veio proibido com o nomeação do Senhor Afonso Rebelo para o Superintendente de Obras da PEDAE em Cabo Frio como já relatara outras vezes e relatou novamente. Disse que ao tomar posse na PEDAE em Cabo Frio, em novembro de 1991, de imediato a obra de Bairro São Cristóvão começou, não sendo de se falar para Búzios ou se para destinada para o centro de Cabo Frio. Por enquanto, disse que no Encontro de Gramma cobrou do Senhor Afonso Rebelo uma solução, tendo o mesmo respondido que tal assunto já fora colocado no crador no Comitê do PDT no mês de março, enfatizando o Vereador Helton Roberto Pereira de Souza que cobraria sempre. A seguir, disse que o Vereador que

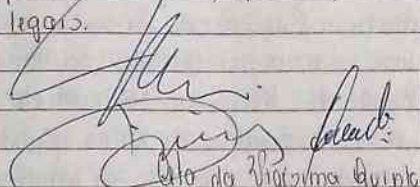
*M*

espera também a Tribuna naquela reunião, que poderia grande oportunidade de para sanar, ou tentar sanar o problema da água em Cabo Frio. Dando encaminhamento, disse que no próximo dia dois de junho seria realizado em Cabo Frio, mais um encontro de Vereadores da Região dos Lagos, e assim iniciar sua feição. A seguir, o Senhor Presidente Vereador Marcos do Rocha Mendes, solicitou ao Senhor Vice Presidente, Vereador Rui Antônio de Nello Neto que assumisse a direção dos trabalhos para que cumprisse a Tribuna em Explicação Pessoal de acordo com a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Marcos do Rocha Mendes falando inicialmente que mais uma vez, estava claro que a Presidência elevou o salário de três salários mínimos no Projeto de Resolução original da Mesa, quanto ao cargo de Secretário e que de forma alguma atingiu a quinze milhões e quatrocentos mil cruzeiros. Disse que no condão de Presidente era contrário ao salário de quinze milhões de cruzeiros aprovados no último terço-feira, mas, prevaleceu a votação em Pleno. Disse, que a exemplo de outros Vereadores que da Tribuna naquela reunião haviam proclamado que tinham independência, também reafirmava que tinha independência, frisando que em relação a política salarial da Prefeitura era contra, o que não correspondia as reais necessidades da Prefeitura. Disse que mesmo pretendendo a Bonificação do Prefeito, cumpria também, com seus deveres entrando a Administração Municipal, pois assim também contribuía para o aperfeiçoamento da vida em Comunidade. Falou também, de sua insatisfação quanto ao respeito dado pelo Prefeito, em nome de Decreto de Funcionalismo, quando outras distorções, mas, falou de sua certeza de que o Prefeito iria mudar a política de salários, nos próximos meses, e, que por simples análise dos Balancetes da Prefeitura podia-se notar que o Executivo podia pagar um pouco melhor aos seus funcionários. Disse que iria continuar sendo seu mandato em obediência e compromissos assumidos principalmente com sua consciência, defendendo a moralização do Legislativo, e demonstração dos atos da Presidência ouvindo aos Vereadores, deixando claro também, que não abria mão do poder decisório da Presidência. Disse, que o Projeto de Resolução que encara os cargos de Secretários para elaborado após consulta a todos os Vereadores, e, que a Mesa apostaria quanto ao salários, pois não podia desvalorizar os funcionários da Câmara e assim, optaria por três salários mínimos. Quanto a questão da água, disse que receberia

Am

em seu Gabinete, fibras associado de membros de todo São, com alguns questionamentos, quanto a cobrança de água nas faveladas, inclusive com um drômeto, o absurdo da taxa mínima cobrada pelo PEDAE, e a posição que deveria ser tomada pela comunidade e seus representantes. Disse que o problema era de difícil solução, mas na condição de Vereador estaria sempre ao lado do povo para ao menos pressionar as autoridades do Estado, embora a criação dos Lagos não tivesse o peso político dos Municipios da Baixada Fluminense. Citou a seguir, que os investimentos do Governo Estadual estavam concentrados na Baixada, pelo retorno em votos, e assim, a criação dos Lagos em tal contexto não prejudicada. Disse a seguir, que iria denunciar as favelas de Bangu quando o assunto referente o abastecimento de água seria discutido de maneira sã e ordenada, com envolvimento de todos os segmentos da sociedade cabocina, e assim encerrou sua fala. Com o prosseguimento aos trabalhos, o Senhor Vice Presidente Luiz Antônio de Abreu Lopes passou a direção dos trabalhos para o Presidente Marcos da Rocha Nogueira. A seguir, leu para a Tribuna em Explicação Pessoal o Senhor Abelardo da Silva Ferraz, abordando a seguir, a questão da criação dos Lagos de secretaria para regularizar a situação de funcionários que já trabalhavam em alguns Gabinetes. Disse que quanto as reuniões realizadas no Gabinete da Presidência, que só participava de uma, e na oportunidade para discutir a criação de vagas, até mesmo por falta de espaço físico na sala. Citou, que os comentários na cidade era sobre a referida Resolução, havia surpresa quando um Vereador ainda defendia o emendo de sua autoria alterando para maior os salários dos cargos em causa, e ainda, pela absurda diferença entre os salários pagos pela Câmara com relação ao do Prefeitura, estes, bem menores, enfatizando que o dinheiro seria de um só coque, que era o da Fazenda Municipal. Resumiu que condenava tanto a criação de cargos como os salários, mas sabia que o "povo cantor em Chico e também em Francisco" (sic) e, que a Mesa Executiva iria corrigir os erros da legislação Pública, pois era de sua autoria o Projeto de Resolução criando cargos. Disse a seguir, que até mesmo os Vereadores que haviam aprovado o Projeto de Resolução e até mesmo apresentando emendas aumentando os vencimentos, agora, na imprensa eliziam que a responsabilidade era do Excmo. Director da Câmara, o que não refletia a realidade

dos fatos. Dirigindo-se a Presidência disse que a questão poderia ser con-  
firmada, com o Mesa elaborando Projeto de Resolução extinguindo, can-  
celando a criação dos cargos e salários e, deixando registrada sua protes-  
ta, encerrou sua fala. Não havendo mais proferidos para o uso da Tribuna  
em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão  
em nome de Deus E para constar, mandou que se lavrasse a presente  
Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plena, aprovada, será  
assinada para que produza seus efeitos legais.

  
Ata da Vigésima Quinta  
Reunião Ordinária do Pleno  
do Período Legislativo da  
Câmara Municipal de Cabo  
Frio, realizada no dia 27  
de maio de 1993.

Os dezesseis horas do dia 27 de maio de mil novecentos e  
noventa e três (1993), sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes,  
com a ocupação do Primeiro Secretário pelo Vereador Dilton Pereira da Silva, reu-  
niram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses respon-  
deram e chamados nominal os seguintes Vereadores: Alfredo Luiz da Rocha  
Barreto, Eduardo Pereira Kita e Luiz Antônio de Azeite Póças. Constatada a ausên-  
cia de "quorum" pelo Senhor Primeiro Secretário, o Senhor Presidente suspendeu  
a Sessão por quinze minutos. Reunidos os trabalhos, o Senhor Presidente Ve-  
reador Marcos da Rocha Mendes, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário Virro-  
dor Dilton Pereira da Silva que procedesse a chamada regimental para constatação  
de "quorum". Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vere-  
adores: Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Eduardo Pereira Kita e Luiz Antônio de Azeite  
Póças. Não havendo número regimental, o Senhor Presidente encerrou a presente  
Sessão em nome de Deus E para constar, mandou que se lavrasse a presente  
Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plena, aprovada, será  
assinada para que produza seus efeitos legais.

J. M.

que os defensores do Governo, afirmavam que o fato de o convênio ter sido firmado com a Clínica Santa Helena, era por não haver outro estabelecimento no Município dotado de hematólogo. Disse que ao seu juízo a Administração adotava o ensino de "dois pesos e duas medidas", pois era Público e notório que o Centro Olímpico de Santo Isabel era único, e, no entanto a prestação de serviços e Prefeitura era paga pela tabela SUS enquanto o convênio com a Clínica Santa Helena era pago pela tabela da Associação Médica Brasileira e assim, no mínimo faltava coerência ao Governo Municipal. Enfatizou que não era contra o assinatário do convênio com a Clínica Santa Helena, mas, era necessária a autorização do Legislativo como explicitava o Lei Orgânica do Município, o que não fora atendido pelo Executivo, e, durante seu protesto bradando, "tutava nunca mais", "ditadura nunca mais", "hater" (sic) nunca mais, e encimou seu discurso. Não havendo mais oradores para o uso da tribuna em explicação pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse o presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Atenciosa, aprovada, e assinada para que produza seus efeitos legais.

*[Assinatura]*  
S. S. S.

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 25 de maio de 1993.

Às dezesseis horas do dia 25 de maio do ano de mil novecentos e noventa e três (1993), sob a Presidência do Senhor Heitor do Rocio Cabral, e com a cooperação da Primeira Secretária pelo Senhor Oreste de Almeida Silva, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio para responderem a chamada regimental os seguintes Vereadores: